

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS/COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
DESPORTO**

EVENTO: Seminário

Nº: 0913/00

DATA: 11/09/00

INÍCIO: 18h28min

TÉRMINO:

19h15min

DURAÇÃO: 47min

TEMPO DE GRAVAÇÃO: 46min

PÁGINAS: 15

QUARTOS: 10

REVISÃO: ANDREA MACEDO

SUPERVISÃO: MIRANDA

CONCATENAÇÃO: MIRANDA

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARGARIDA GENEVOIS - Da Rede Brasileira de Educação em
Direitos Humanos

FLÁVIA CRISTINA PIOVESAN - Da Universidade de São Paulo

MARIA NAZARÉ ZENAIDE - Da Universidade Federal da Paraíba

MARLY DE OLIVEIRA BASTOS - Da Associação Brasileira de
Educação

PEDRO MONTENEGRO - Do Fórum Contra a Violência de Alagoas

SUMÁRIO: Seminário "Educação em Direitos Humanos".

OBSERVAÇÕES

Engelstain(?) - págs. 1, 10

Reissmann(?) - pág. 2

Não foi possível checar a grafia correta das palavras acima

[DTTR1] O SR. COORDENADOR (Iradh Roberto Eghari) - Prezados amigos, vamos dar início à parte final de nosso seminário, que é de fundamental importância, quando vamos avaliar o que foi esse dia, ouvindo um pouco o que cada grupo foi capaz de produzir, verificando as perspectivas do que vem pela frente, do que podemos ter como engajamento de cada um que aqui participou em ações práticas pela educação em direitos humanos.

Em nome do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, que é esse conjunto da sociedade civil, de organizações governamentais e não-governamentais que promoveram este evento, convido para sentarem-se aqui conosco a Profa. Margarida Genevois, da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (*palmas*); o Sr. Pedro Monteiro, do Fórum Contra a Violência de Alagoas (*palmas*), e a Profa. Flávia Cristina Piovesan, da Universidade de São Paulo. (*Palmas.*)

Como às vezes temos de tomar certas decisões unilaterais e a sós, por um sorteio a cujo resultado me dispense de explicar agora como cheguei, dos três professores consultores da **Nova Escola**, da Fundação Victor Civita, gostaria de convidar o Prof. Marcos Engelstain(?) para também sentar conosco à mesa. (*Palmas.*) Fica, então, a dúvida para o Dilmar e para a Suely por que foi esta a decisão. Depois explicaremos.

Por fim, gostaria de convidar a Profa. Marly de Oliveira Bastos, da Associação Brasileira de Educação. (*Palmas.*) Vale salientar que a Profa. Marly Bastos e a Profa. Flávia Piovesan são membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, órgão do Ministério da Justiça, e, portanto, têm uma forte vinculação com a idéia de educação em direitos humanos.

A idéia é que possamos, neste final, fazer uma rápida avaliação do evento, e cada um dos que estão à mesa foi convidado a falar um pouco da experiência do que foi o trabalho de sua oficina, do grupo de que participaram.

Antes, gostaria de fazer menção a um desejo expresso por todos aqueles que participaram da organização deste seminário. Todos gostaríamos de não ter limitado o número de oficinas. Tínhamos a idéia de que outras oficinas poderiam ser realizadas. Infelizmente, os fatores limitantes nos levaram à reduzi-las a esse número.

Uma das oficinas que fez muita falta e que foi objeto das discussões desta manhã foi a que poderia ter tratado da educação inclusiva, ^[DTRR2]aquela educação que não vê barreiras pelas deficiências e pelas diferenças. Educação essa que tem observado experiências muito marcantes no País.

Uma das experiências que tivemos a alegria de conhecer mais recentemente, por meio da jornalista Cláudia Werneck, do Projeto Muito Prazer, Eu Existo, do Rio de Janeiro, trata a educação das crianças portadoras da Síndrome de Down. Essas crianças, quando objeto da educação inclusiva, demonstram o potencial que podem oferecer à sociedade.

Hoje chegou ao meu conhecimento – vale a pena compartilhar com vocês – outra experiência à qual é importante que os professores fiquem atentos, a de como trazer como alunos algumas crianças que se encontram excluídos do sistema educacional em virtude de uma determinada deficiência, por vezes bastante grave, que impede sua participação na escola, por se sentirem envergonhadas de sua aparência. São, por exemplo, portadoras de lábio leporino, falta de palato, geralmente crianças que, quando questionadas por que não vão à escola, respondem simplesmente que têm vergonha, que não querem apresentar-se.

Há uma organização – aqui representada pela Sra. Gabriela Reissmann(?), a quem peço que se levante, para que todos a conheçam, e para aqueles que queiram manter contato (*palmas*) – que se chama Operação Sorriso do Brasil. É uma ação de médicos cirurgiões especialistas nessa questão, que se oferecem a vir ao Brasil, de tempos em tempos, e, gratuitamente, fazem a reconstrução labial e facial dessas crianças, para que elas possam sentir-se membros da sociedade de forma plena.

Como os professores sempre entram em contato com a família dos seus alunos e acabam sabendo quem é quem, quem sofre do que e quais as dificuldades que enfrenta, seria muito interessante, para aqueles que queiram, manter contato com a Sra. Gabriela e verificar como essa entidade chamada Operação Sorriso, com filial no Brasil, pode ser plenamente utilizada. Esse é um resumo que faço desse trabalho que conheci hoje. Fiquei muito impressionado com as fotos que a Sra. Gabriela tem a apresentar, pois são muito marcantes.

Acredito que, vendo agora meu querido amigo Dr. Leoberto

Brancher, Juiz da Infância e da Juventude, talvez os juízes, os promotores, enfim, os operadores do Direito aqui presentes tomem conhecimento desses casos. Espero que todos empreendamos uma forte cruzada pela recondução à cidadania dessas crianças, que acabam perdendo a oportunidade de ter sua inserção na vida do País.

Feita essa observação, eu gostaria, então – acho que fiquei conhecido hoje como aquele que fica cuidando do tempo e estabelece metas impossíveis de serem cumpridas –, de propor, como meta a ser alcançada, a cada componente da Mesa que, em poucas palavras, em dois ou três minutos, expresse os sentimentos relativos às propostas feitas. Somos cinco à mesa. Se cada um falar por cinco minutos, levaremos cerca de meia hora e, portanto, extrapolaremos o tempo. Então, peço que sejam concisos. Todas as propostas farão parte do relatório final desse encontro e serão discutidas. É importante dizer que este encontro não termina aqui. O Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos está tomando a decisão de convidar todos os participantes de mesas ou facilitadores de oficinas a um encontro de avaliação geral do que foi este nosso trabalho e de como levá-lo adiante, qual é a próxima etapa, quais serão os próximos passos.

[DTTR3] Muitos desses próximos passos vão derivar dos relatórios que V.Sas. muito bem prepararam e vão apresentar.

Se me permitem, começo pela minha direita, com a nossa querida Sra. Margarida Genevois, a quem peço que compartilhe conosco a experiência do Grupo de Ensino Fundamental.

A SRA. MARGARIDA GENEVOIS - Boa tarde a todos.

Gostaria de dizer que foi uma alegria enorme para mim ouvi-los e participar dos grupos à tarde e das discussões, porque cada um, de um modo diferente, conforme sua personalidade e a natureza de seu trabalho, disse a que aspirava e como via a educação em direitos humanos.

Acho que havia um pensamento comum, que se resumiu em alguns pontos-chaves e veio ao encontro do que pensa a Rede. Fiquei realmente muito contente ao concluir que não podíamos estar errados se tanta gente boa compartilha de nossas esperanças e metas.

Pediram-me um resumo do que foi dito, mas acho que não

haverá tempo. Ressalto as grandes idéias que mais chamaram a minha atenção, entre tantas coisas interessante que foram ditas.

Direitos humanos é uma opção de vida, como o é para nós. Antes de mais nada, temos que ver o outro igual a nós mesmos, com os mesmos direitos. Isso é básico. Tal como entendemos, na Rede, a base desse trabalho tem de ser o respeito à dignidade do outro, à dignidade humana. Sempre procuramos partir dessa idéia. Isso foi dito explicitamente, entre as idéias que saíram daqui.

Com base em nossa experiência, essa idéia é fortíssima, cala dentro das pessoas, pois nosso trabalho só pode ser realizado com a mente e com o coração, ou seja, há a parte racional, mas também há muito da sensibilidade: o coração é que adere, entra nessa luta. Quando realmente entendem o significado desse trabalho, as pessoas aderem, e os direitos humanos se tornam um vírus para o qual não há vacina e que cura: passamos o resto da vida interessados, com a vontade de participar, de lutar por essa causa, que dá um novo sentido a tudo que fazemos.

Também como foi dito pelos grupos realizados à tarde, estamos sempre sendo educados uns pelos outros – esse já era o pensamento de nosso mestre Paulo Freire. Estamos sempre aprendendo com os outros, sempre tentando evoluir e, ao mesmo tempo, reconhecendo nossas falhas, os próprios preconceitos e as idéias muito egoístas que, sem querer, temos em nossa cultura.

Tenho muito esperança de que este trabalho, multiplicado, possa ajudar a modificar toda a sociedade. Nós, na Rede, começamos um trabalho insistindo sempre que a maioria dos cursos fosse ministrada a professores, porque consideramos que são eles os multiplicadores por excelência, os formadores de consciência, de ética e dos parâmetros de vida para todas as nossas crianças. Começamos com eles, porque sabemos que têm uma capacidade de influência na sociedade incrível. E, às vezes, na verdade, não são muito valorizados. Acho que professores, hoje em dia, são heróis que lutam com enormes dificuldades: os meios de comunicação contra, os valores éticos que estão em baixa... Então, quando tomam conhecimento

de suas possibilidades, isso representa um futuro e uma esperança enormes.

Eu tinha muita coisa a dizer sobre tudo o que foi debatido – aprendi muitíssimo hoje. Saio daqui realmente muito alegre por ver que estamos passando a faixa a outros, e há pessoas muito capazes e muito interessadas que vão continuar nosso trabalho, realizando-o de forma ainda melhor. Agradeço muito a todos. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Iradh Roberto Eghari) - Agradeço à Sr. Margarida por suas palavras, ela que traz uma história muito importante para o País. A criação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos se deve ao trabalho incansável da Sr. Margarida e de outras pessoas no Estado de São Paulo.

[DTR4] A Comissão de Justiça e Paz contou sempre com o trabalho incansável da Sra. Margarida, durante o regime militar, trabalho esse a que muitos devem sua felicidade e sua própria vida.

Sra. Margarida, nosso agradecimento não é formal, mas de coração. Sabemos todos nós o quanto este trabalho é querido e caro ao seu coração. Muito obrigado.

Passo a palavra à Dra. Flávia Piovesan, que nos falará sobre a experiência do Grupo de Ensino Jurídico.

A SRA. FLÁVIA PIOVESAN - Uma boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de brevemente relatar, também com muito entusiasmo, o balanço de nossa tarde.

Tal como a Sr. Margarida, todos nos sentimos revitalizados. Muitos se disseram nutridos em face das diversas experiências que há no campo nacional: tanto aqui em Brasília como na Paraíba, no Rio Grande do Sul, em Salvador, em Piracicaba, em suma, em diversas regiões do País, há iniciativas importantes na área de Educação em Direitos Humanos com esse recorte jurídico.

A primeira necessidade que tivemos – e constituiu uma das propostas – foi colecionar ou fazer um levantamento, uma garimpagem, um diagnóstico do que há em termos de experiência nacional voltada à Educação em Direitos Humanos no ensino jurídico.

O eixo de toda a reflexão foi fazer com que os direitos humanos, numa leitura valorativa, possam concentrar a alma do fenômeno jurídico. Se os direitos humanos já foram tema de um discurso de resistência, de subversão, um tema marginal, o

atual desafio de uma cultura jurídica renovada é fazer com que os direitos humanos sejam o eixo de uma cultura que está sendo construída e que deverá ser capaz de contribuir para a consolidação de um Estado democrático de Direito.

Na realidade, por toda uma leitura ética e valorativa, e tendo em vista que nós, humanos, somos os únicos da espécie viva a termos a capacidade de apontar juízos de valor, de separar o ético do aético, o certo do errado, o justo do injusto, é a partir dessa dimensão valorativa que temos de conceber os direitos e os direitos humanos como foco de uma cultura jurídica.

Também muito se falou sobre a necessidade – e esta foi um proposta concreta – de que houvesse desse encontro uma recomendação expressa para que os direitos humanos pudessem ser incluídos como disciplina autônoma e obrigatória de todos os cursos jurídicos do País. Isso não obsta, isso até demanda que os direitos humanos também sejam trabalhados na perspectiva transversal. Mas o que nós aqui reforçamos é que todos os encaminhamentos são necessários para solidificar a cultura dos direitos humanos.

O segundo encaminhamento foi no sentido de retomar o projeto de lei que introduz o Plano Nacional de Educação e Ação para Direitos Humanos, projeto de lei esse que foi arquivado, lamentavelmente, este ano, parece-me. É preciso resgatar e revigorar o conteúdo do projeto, que prevê, entre outras metas, a inclusão dos direitos humanos nos 1º, 2º e 3º graus, trazendo pautas para uma política nacional voltada para essa questão.

A terceira proposta foi no sentido de encaminharmos aos colégios das escolas superiores, da Magistratura, do Ministério Público e de outras carreiras jurídicas a necessidade de fomentar cursos de capacitação em direitos humanos, como também a inserção da disciplina nos concursos de ingresso nessas carreiras.

Essas foram algumas das propostas. Também muito se falou na necessidade de buscarmos a otimização da Constituição e dos instrumentos internacionais de direitos humanos como meios de promoção da dignidade, como estratégias possíveis de defesa e proteção dos direitos humanos.

[DTTR5] Em suma, o grande desafio a todos nós é buscar romper com a cultura jurídica autoritária que durante tanto tempo existiu. Temos esse legado de 21 anos de regime militar, de 21 anos de uma cultura jurídica que se alimentou desse regime. Há necessidade de rechaçar e de reconstruir uma cultura jurídica crítica, que tenha, no Direito, um instrumento de transformação social, voltada à realidade brasileira e voltada a ter, nos direitos humanos, o paradigma e a referência do nosso tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Iradh Roberto Eghari) - Acho que todos nós ficamos impressionados com a fecundidade de idéias e proposições que o grupo foi capaz de gerar. A menção ao projeto de lei da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos mais uma vez aparece nesse grupo, como apareceu nos demais grupos.

A Assessoria da Câmara nos fez chegar algumas cópias do projeto de lei, para aqueles que desejem receber. Só temos aqui, talvez, dez cópias. Mas seria muito interessante que pelo menos os Estados aqui representados tivessem acesso, para que depois possam, entre si, compartilhar novas cópias. É muito importante essa leitura. Deixo isso aqui para, ao final, cada um pegar uma cópia.

Gostaria de convidar à Mesa a Profa. Maria Nazaré Zenaide, da Universidade Federal da Paraíba, que vai fazer o relato do Grupo Segurança Pública.

Passo a palavra à Profa. Nazaré, para que possa compartilhar conosco o resultado.

A SRA. MARIA NAZARÉ ZENAIDE - Boa tarde. Das experiências apresentadas em nosso grupo, Educação em Direitos Humanos na área de Segurança Pública, foi possível levantar, como elementos positivos, que, nesse conjunto de experiências - a Oficina Arte de Viver, a experiência do Curso de Educação em Direitos Humanos no Centro de Ensino da Polícia Militar, a experiência do Curso de Direitos Humanos em Alagoas, a Cruz Vermelha com trabalho de capacitação de policiais militares e educação em presídios do pessoal do Rio de Janeiro -, em todas elas, começamos a ver pontos que, como a Margarida falou, congregavam concepção tanto teórica como metodológica. Quer dizer, sempre na perspectiva de trabalhar a pessoa, seja o policial, seja o servidor, tanto no sistema penitenciário como

na área de segurança pública. Trabalhar esse sujeito da educação como pessoa humana, como cidadão e, principalmente, como ator institucional, ou seja, como implementador, propositor e produtor de políticas públicas. Sem essas três dimensões, não há como ver esse sujeito como sujeito de construção, de produção de direito e cidadania.

Outro ponto importante foi que, na experiência da Arte de Viver, através das oficinas pedagógicas, resgatou-se essa capacidade e essa credibilidade na dimensão do direito à vida, de forma construtiva e participativa, trabalhou-se essa questão da vida como valor, como prática, como processo de construção de sujeitos.

Alagoas colocou também um ponto muito importante para nós, que foi a aproximação com os movimentos sociais e de que modo a experiência de aproximar polícia com movimentos como, por exemplo, o MST, foi um momento pedagógico em que policiais e movimentos sociais puderam compartilhar suas dores, seus preconceitos, mas também sua vontade e sua credibilidade na vida e no novo amanhã. Foi muito importante como essa vivência, quer dizer, essa visita prática, como recurso metodológico, teve impactos no modo de pensar e sentir dos policiais

com uma experiência muito positiva que Alagoas colocou para o grupo, e consideramos um momento muito marcante.

A experiência da Cruz Vermelha, por sua vez, demonstra a importância de que o trabalho Educação para os Direitos Humanos com policias militares focalize a prática, o aspecto operacional como ponto essencial, porque o policial precisa, além da dimensão ética, que é importante, que é o ponto de sustentabilidade e de formação desse sujeito ético, esse policial cidadão e protetor dos direitos humanos precisa trabalhar o aspecto da dimensão prática. ^[DTR6] Isso dará ao policial uma base do que fazer, porque é muito importante que relacionemos os fundamentos de ordem filosófica, histórica, antropológica, social, econômica, dando essa fundamentação, mas também é importante trabalharmos na dimensão da prática, do vivencial, para que o policial sinta que, no curso, ele tem essa relação prática, teoria e prática.

Outro ponto que o grupo trouxe foi que, no trabalho de formação de policiais e atores da área de segurança pública, é importante revisitar a concepção de ordem e exclusão social que está presente muitas vezes, como foi muito bem colocado

pelo pessoa do movimento negro, que mostrou como o racismo ainda está impregnado nas práticas e como, muitas vezes, essa questão racial é um elemento de resistência ao se falar da educação em direitos humanos. É preciso colocar essa questão também, centralizá-la no processo de formação de policias.

Outra coisa que foi abordada também pela experiência do Rio de Janeiro, em relação à questão dos presídios, foi como o trabalho de educação, através do esporte, da arte e das várias linguagens com que o ser humano pode expressar-se, dá a capacidade de dignificar o preso e, ao mesmo tempo, faz com que esse preso possa dizer um dia – como foi muito bem colocado por ele – que ele prefere trocar o revólver pela arma do conhecimento. Isso para ele era a coisa mais importante e significativa, que seria essa capacidade de ver como o conhecimento tem um papel de transformação no ser humano, especialmente no preso, que é uma pessoa tão estigmatizada e vista como se tivesse perdido a capacidade de ser humano. Eles colocaram também, de forma muito construtiva, a experiência com os conselhos comunitários, como um dos recursos de acionar a questão do planejamento e da gestão participativa da sociedade na questão penitenciária.

Outro ponto abordado também, muito importante, foi a necessidade de resgatar essas experiências construtivas na área de segurança pública em todo o Brasil. É importante que essas experiências tenham visibilidade, sejam resgatadas, que a memória não seja perdida, como fator de sedimentação nessa questão da constituição dessa cultura da educação para os direitos humanos.

Existem muitas experiências, mas é preciso tanto promover o intercâmbio, nas trocas e aprofundamento das experiências, como também registrar, guardar e dar visibilidade na sociedade como elemento de se contrapor a toda essa cultura de que direitos humanos são uma coisa só de alguns, e não de todos.

Outro ponto abordado também, proposto pelo grupo, é que seria importante fortalecer essa rede de experiências e contar com o apoio institucional do Ministério e de outros órgão de fomento para a questão do caderno de experiências de Educação em Direitos Humanos. Estamos num momento em que precisamos fazer um grande banco de dados, não só no sentido de guardar,

mas principalmente no sentido de fomentar o intercâmbio e as trocas.

Favorecer a organização de encontro nacional com Polícias que já têm experiência em Educação em Direitos Humanos, no sentido de fortalecer esses policias como agentes de uma nova cultura pela cidadania. Então, dar-lhes o papel de falar de suas experiências, de contar, de se fortalecerem como educadores em direitos humanos e também incentivar a formação de conselhos comunitários na questão penitenciária.

Outra coisa questionada pelo Movimento Negro foi ver de que forma nas academias de Polícia estão sendo utilizados alvos de treinamento de tiro com bonecos negros. Então, isso é um ponto que é preciso rever. Essa é uma das questões apontadas, mas outras também são importantes observar, como de que forma a ética está sendo abordada ou de que forma está sendo permeada pelas práticas de segurança pública. Não podemos deixá-la para depois, como se não fosse uma questão central na educação pela dignidade e pela igualdade.

Isso foi mais ou menos os pontos que o grupo destacou. Se os companheiros tiverem alguma coisa a acrescentar...

O SR. COORDENADOR (Iradh Roberto Eghari) - Muito obrigado. (*Palmas.*)

Acho que vale um comentário à exposição feita pela Profa. Nazaré com relação à questão de um banco de dados. Acho que é uma das grandes reivindicações em todos os movimentos, porque, na realidade, nossa desarticulação se dá pela falta de informação. E, quanto menos informação, maior o risco de que sigamos caminhos diversos, apesar de o nosso intuito ser o mesmo. ^[DTR7]Ainda que haja muitas reivindicações do tipo "deve haver uma **holding** nacional das ONGs para que, finalmente, alguém unifique a voz", na realidade, estamos na era da informação e, muito mais do que alguém que reúna todo o mundo, esse alguém é a informação, é a disponibilização dos dados, para que possamos trabalhar.

É com essa idéia que passo a palavra ao Prof. Marcos Engelstain(?) , porque foi a própria **Nova Escola** quem propôs, de certa forma, entre os professores, essa idéia de formação de uma rede em que a informação possa estar disponibilizada. Mas eu estaria adiantando a apresentação do Marcos.

O SR. MARCOS ENGELSTAIN(?) - A idéia de um banco de dados para o professor, para ele ter onde buscar recursos para seus trabalhos é fundamental. A gente teve a idéia de - não

discutimos tanto no grupo – fazer com que os professores trabalhassem em cima de alguns materiais propostos. A idéia é levar esse material, inseri-lo na rede, para poder, a partir dele, primeiro, criticar, incentivar o que os colegas fizeram em termos de planejamento de algumas seqüências didáticas, e, com isso, na verdade, abrir um canal para discussão que fique permanente. Então, disponibilizamos no **site** da **Nova Escola** o material que selecionamos, o material que os professores prepararam para nós. Vamos criticar esse material, para dar um retorno para as pessoas reverem o que fizeram, e é para isso ficar aberto, de forma a que as pessoas possam discutir e continuar trocando experiências. Trabalhamos muito em cima da experiência.

O que vamos tirar aqui de muito importante? Acho que fica claro para todo nós, na posição de educadores, professores de sala de aula, que os direitos humanos não são prerrogativa de nenhuma das disciplinas, eles não são uma disciplina em si. Não adianta querer ensinar a disciplina Direitos Humanos, porque ela não existe. Ela é, antes de mais nada, o que nós, como pessoas, indivíduos, cidadãos, temos de rever dentro de cada um, temos de tentar mudar e adaptar, já que temos uma história política que nos formou, somos formados por essa escola e por essa história. Todos nós temos uma história pessoal, e acabamos guardando alguns preconceitos que precisamos, com urgência, rever. É o caso de olhar um pouco para dentro e achar que não é o professor do tema. Quer dizer, eu não posso dizer: "Não, esse não é um tema de Ciências, que é o meu caso. Direitos Humanos, normalmente, são do professor de Geografia, do professor de História". Na verdade, não é deles também e é deles também. Então, assumir que você pode, dentro de um contexto. Isso é importante, não pode ser jogado: "Hoje, acordei com vontade de falar sobre direitos humanos". Não trabalhar sozinho. Então, tem de ser idéia de várias disciplinas, esse foi um cuidado. A idéia de os professores trabalharem foi para mostrar que não pertencem a um grupo específico, e sim a uma equipe que trabalha.

Ficou muito claro que existe uma necessidade de mudança da estrutura da escola como está hoje, pensada só para

disciplinas estanques, a grade para o conhecimento toda segmentada, que dificulta muito o trabalho com direitos humanos, já que não é pertencente a uma disciplina. Quanto mais fragmentado mais difícil fica para discutir.

Finalmente, acho que, como educador, afora todo o entusiasmo que já foi dito aqui na mesa, ficou muito aquele gosto de querer mais. Não foi suficiente, queremos discutir mais, precisamos treinar mais, trocar mais experiências. O tempo foi escasso e pouco falamos das experiências dos outros. Acho que isso ficou bastante marcado. Queremos continuar falando a respeito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Iradh Roberto Eghari) - Sem dúvida, a experiência que os três professores consultores da **Nova Escola** tiveram acho que foi, em termos de Brasília, de Distrito Federal, algo bastante inovador e ímpar. ^[DITR8] Isso realmente nos leva a essa convicção de que temos de continuar esse trabalho de mais oficinas, de mais prática, de como fazer o dia-a-dia da educação de Direitos Humanos dentro dessa perspectiva de transversalidade.

Gostaria agora de passar às palavras finais, primeiro lembrando que o material de todo o seminário será disponibilizado a todos aqueles que fizeram seu registro, sua inscrição. Os senhores receberão, depois, pelo correio, informações de como obter, seja via Internet, seja através de documento que venha a ser publicado pela Câmara Federal. Isso realmente é uma das grandes vantagens dessa parceria com a Câmara. A Câmara tem essa percepção da importância de disponibilizar tudo aquilo que é debatido aqui dentro. Então, isso seguramente vai acontecer.

Gostaria de agradecer primeiramente à equipe da **TV Câmara**, que, com tanta paciência, durante todo o dia, nos aguardou para que chegássemos a essa parte final do seminário. Portanto, nossos agradecimentos à **TV Câmara**, que está fazendo com que este seminário seja levado a todo o Brasil. Seu alcance é algo realmente impressionante. Vai aqui um comercial para a própria **TV Câmara**, porque todas as nossas discussões vão aparecer várias vezes, para conhecimento de todo o Brasil.

Segundo, agradeço às Assessorias das duas Comissões que são promotoras do evento, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto e a Comissão de Direitos Humanos, que trabalharam de

forma incansável para que tivéssemos essa tranqüilidade e sucesso que tivemos aqui.

Agradeço também ao Cerimonial da Câmara, que nos ajudou a fazer com que o início de nosso evento fosse um sucesso.

Faço questão de frisar o apoio que tivemos na promoção desse evento: foram meses de reuniões semanais, às vezes, duas por semana, para que se promovesse um encontro de um dia como foi esse. Houve muito trabalho, no qual, tenho certeza, todos estivemos muito envolvidos e nos sentimos profundamente recompensados. Apesar de esquecimentos e falhas técnicas de uns e de outros, chegamos a um sucesso muito grande.

Então, agradeço mais uma vez à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, aos Companheiros das Américas, Brasília/Washington, à Comunidade Bahá'í do Brasil, à Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, ao Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, e à Universidade Federal da Paraíba. Esses foram os órgãos que trabalharam para que isso acontecesse. E esses são os órgãos que, de certa forma, compõem, digamos, o início do que é o fórum nacional de educação em direitos humanos, que é o realizador do evento. Tivemos o apoio muito importante do Ministério da Educação, da Escola das Nações, da Associação Brasileira de Educação, da Rede Brasileira de Educação de Direitos Humanos, da UNB, da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude, aqui representada pelo seu Presidente, Dr. Leoberto Brancher, da USP. Essas foram as instituições que permitiram que seus associados estivessem aqui presentes e pudessem fazer desse evento um sucesso. Mas há dois associados que se tornaram parceiros fundamentais. O primeiro foi a Fundação Victor Civita, que nos propiciou a chegada dos profissionais da revista **Nova Escola**, e, de outro lado, a Rede Brasileira, a Rede de Telemática de Direitos Humanos & Cultura, a DHnet, que está preparando um CD ROM que vai trazer muito daquilo que foi discutido aqui e os resumos que haviam chegado a tempo. Esse CD ROM foi fechado agora, no dia 5 de setembro. Então, todos os materiais do Seminário que chegaram a tempo fazem parte desse CD ROM, dentro de uma área específica de Educação em Direitos Humanos.

Por fim, sem dúvida, o agradecimento pela presença a todos vocês. Estamos terminando o seminário na perspectiva de continuidade, na perspectiva de ações adicionais das quais, com certeza, todos vão ser informados. ^[DTR9]Acho que a grande ênfase presente em todas as apresentações é a de que não se pratica educação em direitos humanos se aquele que se propõe a ser educador não for, ele próprio, um exemplo vivo do que significa o respeito à dignidade do outro, o reconhecimento de que o outro é um ser tão precioso quanto ele; que o outro, aquele ao qual ele deve respeito, reconhecimento de dignidade, é também carne da sua própria carne, foi gerado a partir de uma origem comum. Todos temos essa origem comum. A negação dessa origem comum é tida como algo absolutamente incoerente e irracional hoje em dia. Nossa origem comum é um fato.

E se temos essa origem comum, temos também o princípio da guardiania coletiva de que sou responsável pelo todo e o todo também é responsável por mim. É de fundamental importância termos essa visão clara: somos os guardiães do todo, o todo é nosso guardião. Somos uma célula que compõe o corpo da humanidade e queremos e devemos ser aquela célula que quer ser guardada, respeitada e tida como uma singularidade essencial. Cada um de nós é um ser muito precioso. E que tenhamos, ao mesmo tempo, como coletividade, essa visão geral.

Antes de encerrar, gostaria de pedir a dois convidados que estão à mesa, mesmo não sendo relatores de grupo, que façam sua apresentação e transmitam seus sentimentos aos presentes. São eles a Profa. Marly de Oliveira Bastos, da Associação Brasileira de Educação, e o nosso querido Dr. Pedro Montenegro, do Fórum Contra a Violência de Alagoas.

A SRA. MARLY DE OLIVEIRA BASTOS - É muito difícil dizer alguma coisa que não tenha sido dita, pois todos já falaram aqui. Mas o que me ficou muito presente neste Seminário foi a necessidade de adotar uma reflexão crítica em relação a esse pensamento hegemônico, que percorre gerações e não é mais questionado. Eu achei que isso foi uma coisa muito presente aqui. A outra foi a necessidade de reciclagem de nosso próprio eu em relação a nossos próprios preconceitos. Pelo que ouvimos hoje, todos precisamos fazer uma reciclagem em relação a isso. Acho que isso também foi uma coisa muito importante. No mais, estamos todos de parabéns. Foi maravilhoso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO MONTENEGRO - Boa noite a todos.

É difícil encerrar um evento como este. Diria que ele é mais um movimento dentro daquilo que alguns autores chamam de conspiração. A imagem da conspiração geralmente é ligada a uma coisa ruim, a malfeitores que estão tramando algum plano para assaltar algum recurso do nosso País, já tão vilipendiado. Mas a idéia de conspirar, no sentido que emprego, que esses autores e autoras empregam, é literal da palavra: significa respirar junto. Há pessoas aqui que nunca vi, foi a primeira vez, mas houve uma identidade muito grande entre as pessoas aqui presentes, de diversas religiões, tradições políticas, ideológicas e formação profissional. Primeiro, em relação àquilo que a professora acabou de dizer, essa crítica a esse modelo excludente, discriminatório e opressivo vigente no País; segundo, a necessidade, que é algo novo, que está surgindo, de colocar o ser humano como algo absoluto. Necessidade do exemplo.

Quero até fazer uma homenagem pela quebra desse paradigma de preconceito que nós, militantes dos direitos humanos, historicamente carregamos em relação aos policiais, em razão dos diversos conflitos e da permanência da ditadura no País, que utilizou as forças da repressão contra nós, contra companheiros nossos.

Gostaria, neste momento, de lembrar um conspirador que não está mais aqui, o Cel. Cerqueira, que foi tragicamente assassinado, ^[DTR10]mas, certamente, hoje vemos concretizadas muitas das suas idéias de transformar a Polícia, de construir uma Polícia cidadã, ao termos presente neste seminário o policial protagonista dos direitos humanos que aqui se encontra. Ao Cel. Cerqueira presto esta homenagem e creio que falo em nome de todos. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Iradh Roberto Eghari) - Bom. Com essas palavras, então, encerramos nosso Seminário e aguardamos todos para a próxima oportunidade, que ainda está por ser construída, mas, com certeza, não tardará.

Muito obrigado. Tenham todos uma boa noite. (*Palmas.*)

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

REDAÇÃO FINAL

Nome: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Número: 0913/00

Data: 11/09/00